

O papel da imprensa periódica no processo de escolarização em Minas Gerais no século XIX

*Mônica Yumi Jinzenj**

The periodical press in the process of education in Minas Gerais in the 19th Century

* Doutora em educação pela Universidade Federal de Minas Gerais. É professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

RESUMO: O presente artigo analisa as pesquisas que tematizam a imprensa e sua relação com a educação apresentada nos Congressos de Pesquisa e Ensino em História da Educação em Minas Gerais (COPEHE). Constatando a escassez de produções com foco no século XIX, apresenta três abordagens a partir das quais as pesquisas poderiam ser desenvolvidas, quais sejam, tomar o jornal como formador de opinião sobre a educação escolar, discurso esse bastante presente nos periódicos oitocentistas; o jornal como suporte para o desenvolvimento da instrução, ressaltando seu uso para a divulgação de estabelecimentos e vigilância de procedimentos escolares; e, por fim, o jornal educador, analisando-se sua materialidade e seus aspectos da produção textual, tendo como foco os leitores-modelo que orientavam sua produção e, ao mesmo tempo, se buscava construir.

PALAVRAS-CHAVE: impresso periódico; práticas educativas não escolares; século XIX.

ABSTRACT: *The article analyzes the researches about the press and its relation to education presented in COPEHE (Conference of History of Education in Minas Gerais). Noting the scarcity of productions with focus in the 19th century, this paper presents three approaches from which research could be undertaken: the newspaper making a public opinion on school education, speech that is very common in 19th century periodicals; the newspaper as a support for the development of education, emphasizing its use for the dissemination of educational establishments and monitoring of school procedures and, finally, the Educator journal, analyzing their materiality and aspects of textual production, considering the readers that they had in mind and the readers they aims to build.*

KEYWORDS: *periodical press; “non-schooling” educational practices; 19th century.*

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo refletir sobre a relação entre os jornais impressos nas primeiras décadas do século XIX, em Minas Gerais, e o processo de escolarização no período.

Fazendo um breve panorama sobre a temática, podemos verificar que a relação entre a imprensa, os impressos e a educação tem sido tema corrente nas pesquisas em História da Educação. É, portanto, contemplada como eixo temático em todas as edições do Congresso de Pesquisa e Ensino de História da Educação em Minas Gerais, havendo algumas mudanças de enfoque, como pode ser verificado no quadro abaixo:

Quadro 1 – Relação dos eixos temáticos relacionados à imprensa e educação e as respectivas comunicações aprovadas para apresentação no COPEHE no período de 2001 a 2009.

	Eixo Temático	Nº de Comunicações
I	Imprensa pedagógica e materiais escolares	9
II	Imprensa e educação Impressos educacionais	12 1
III	Imprensa e educação	13
IV	Imprensa, impressos e educação	22
V	Imprensa, impressos e educação	9
VI	Imprensa, impressos e educação	11

Fonte: página do VI COPEHE (<http://www.ccb.ufv.br/copehe/tabela1.php>) e Anais dos Congressos.

No I COPEHE, de 2001, havia um eixo temático que delimitava a imprensa “pedagógica”, relacionando-a aos materiais escolares; entretanto, além de trabalhos que analisavam livros didáticos, manuais e periódicos educacionais, foram inscritas e apresentadas pesquisas voltadas para a imprensa periódica não especializada. Já no Congresso seguinte, houve uma ampliação

da noção de imprensa, abarcando a imprensa não especializada na sua relação com a educação, e os impressos educacionais ganharam um espaço específico, sendo deslocados para outro eixo. A partir do III Congresso, percebemos uma tendência que permanecerá nas demais edições, de unificação ou não distinção entre a imprensa educacional e a imprensa não especializada.

Essa visualização, ainda que restrita à produção do Congresso Mineiro, nos possibilita refletir sobre como a área de História da Educação tem problematizado o tema; que tipos de perguntas são feitas e como os impressos, sejam eles educacionais ou não, têm auxiliado nas interpretações do passado. Num primeiro momento, a *escola* como espaço educativo aparece com centralidade e, conseqüentemente, a imprensa e o impresso são vistos sob o *status* de material escolar. Posteriormente, a referência à *educação* de forma mais ampla sugere outras possibilidades de análise, como por exemplo, as formas como a imprensa veicula assuntos relacionados à educação escolar, ou o caráter educativo dos jornais, deslocando-se o foco da problematização para a imprensa e o impresso.

É necessário ressaltar que o recorte temporal no qual se concentra a maior parte das pesquisas é a Primeira República, coincidindo com o período de fortalecimento e desenvolvimento da *imprensa educacional*, que levou à ampliação da produção de jornais, revistas e boletins. Estes impressos eram produzidos e utilizados como sustentáculos para a difusão dos debates educacionais e dos novos modelos de ensino adotados pela escola republicana (BASTOS, 1997). Os trabalhos exploravam, também, a veiculação da temática educacional e escolar pela imprensa periódica não especializada e, em ambos os casos, os impressos são abordados ou como fonte principal ou, ainda, como objeto de análise.

O século XIX, sobretudo a primeira metade, é menos explorado pelos estudos, possivelmente porque, durante as suas primeiras décadas, o processo de *escolarização*¹ ainda não havia se consolidado. Assistia-se à produção de aparatos legais visando a organização do ensino, sendo esta, uma das principais intervenções do Estado naquele período (FARIA FILHO, 2000). Desse modo, tanto as dimensões físicas e materiais quanto a legitimação sociocultural da escola enquanto instância de ensino e aprendizagem não haviam se consolidado.

A Constituição Política do Império determinava a gratuidade do ensino primário a todos os cidadãos livres. Em 1827, a primeira Lei Imperial referente à instrução pública determinava a criação de escolas, estabelecia o método de ensino e os parâmetros para o exercício do magistério. Com o Ato Adicional de 1834, delegou-se às províncias a organização do ensino primário e secundário. Apesar dos esforços no ordenamento legal, investimentos financeiros e mobilizações de dirigentes provinciais e imperiais, na primeira metade do século XIX, o ensino de primeiras letras na província de Minas Gerais estava mais a cargo da iniciativa particular que pública, tanto no número de escolas quanto na quantidade de alunos que atendia; mesmo assim, estava longe de atingir uma parcela significativa da população (INÁCIO, 2003; SALES, 2005).

É nesse contexto de tentativa de organização das escolas públicas de primeiras letras que podemos discutir sobre diferentes formas de participação da imprensa periódica nesse processo, a saber: o jornal formador de opinião, o jornal como suporte para o desenvolvimento da instrução e o que estamos nomeando de “o jornal educador”.

2. O JORNAL FORMADOR DE OPINIÃO NO SÉCULO XIX

No contexto do início do século XIX, vimos o surgimento oficial da imprensa no Brasil, com a vinda da Corte Portuguesa e o estabelecimento da Imprensa Régia, em 1808. Tanto as condições políticas quanto as condições materiais (a necessidade de importar ou construir uma tipografia, os altos preços do papel, a ausência de funcionários capacitados para o trabalho) fizeram com que a imprensa áulica prevalecesse durante a primeira década da produção de periódicos no Brasil. No período pós-independência, começaram a surgir oficinas tipográficas nas principais vilas de várias províncias, entre elas, em Minas Gerais, dando origem à produção impressa nessas localidades.

O primeiro periódico mineiro, “O Compilador Mineiro”, surge em 13 de outubro de 1823, em Ouro Preto, na “Oficina Patricia de Barbosa e Cia.”, sendo suas peças e tipos construídos pelo português Manuel José Barbosa Pimenta e Sal na mesma Imperial Cidade².

Circulou até 9 de janeiro de 1824, sendo substituído por “A Abelha do Itaculúmy”, em 12 de janeiro de 1824. Este foi impresso até 11 de julho de 1825 e foi substituído, em 18 de julho do mesmo ano, por “O Universal”, periódico mais longevo da província no período imperial, que circulou até 1842.

Segundo Pallares-Burke (1998), os jornais produzidos no Brasil, no século XIX, assim como na Europa, tinham como princípio o projeto iluminista de veicular valores e ideias visando educar o público leitor dentro de um projeto civilizatório. Sobretudo após a conquista da independência, “(...) a imprensa passa a ser constantemente referida como o meio mais eficiente e poderoso para influenciar os costumes e a moral pública, discutindo questões sociais e políticas” (PALLARES-BURKE, 1998, p. 147). A autora identifica uma grande quantidade de periódicos brasileiros e latino-americanos do período, cujos títulos estão relacionados à “metáfora da luz”, indicando sua pretensão educativa/civilizatória. No caso brasileiro, podemos citar: “Luz Brasileira”, “O Farol Paulistano”, “Aurora Fluminense”, “Astréa”, “Manual das Brasileiras”, “Nova Luz Brasileira”, “Cruzeiro”, “Despertador das Brasileiras”, “Astro de Minas”, “O Mentor das Brasileiras”, “Estrella Mariannense”, etc, sendo os três últimos, da província de Minas Gerais.

Para se estudar a educação nas primeiras décadas do século XIX, é necessário, portanto, recorrer à noção ampliada de educação, considerando-se que a ação educativa era exercida por várias “instituições”; concomitantemente à escola, outros meios/espços tiveram importante função na transmissão de valores, comportamentos e na difusão de conhecimentos, entre eles os romances, jornais, revistas, sermões, apresentações teatrais, festas, pinturas e a criação de estabelecimentos, como sociedades literárias, científicas e bibliotecas.

Um aspecto fundamental da função educativa dos jornais se refere à formação da opinião pública a respeito da educação. No já citado “O Universal” (1825-1842), principal jornal mineiro da primeira metade do século XIX, de tendência liberal, ganhava destaque a recorrência na publicação de matérias relacionadas a essa temática, podendo citar como exemplo as extensas matérias em defesa do “método mútuo”, antes mesmo de sua adoção como método oficial definido na primeira lei imperial sobre instrução pública de 1827, analisadas por Faria Filho *et al.* (2006). Bernardo Pereira de Vasconcelos, um

dos redatores do jornal, atuou na política em Minas Gerais e no governo Imperial, destacando-se na defesa da instrução pública. Defensor também da liberdade de imprensa, considerava-a como um dos principais difusores das luzes pela sociedade, além de representar um instrumento de suporte para a melhoria da instrução pública, ao proporcionar a divulgação e/ou denúncias sobre seu estado (CARVALHO, 1999).

Entretanto, conforme características do liberalismo moderado, assim como a “liberdade” era pensada em sentido restrito, a defesa da instrução não se confundia com o ideal de ensinar “tudo a todos”. O periódico “O Universal” veiculou um debate nas quais diversas vozes buscavam defender seus pontos de vista sobre o que deveria ser ensinado e a quem, girando sempre em torno da necessidade de se manter a ordem e a hierarquia entre as diversas camadas sociais.

É indubitável que há um gênero de instrução o qual todos devem possuir, e que há outro que só compete a certos indivíduos. O que se destina aos trabalhos do campo, ou à manipulação das oficinas, não carece de ser instruído no mesmo grau como o que se destina à arte militar, ou ao governo da república³.

Na sequência da matéria, desenvolve-se a reflexão de que “saber é poder”, o que justificaria, portanto, temer o excesso de saber nas camadas menos favorecidas socialmente. Um outro discurso estabelecia um contraponto a este argumento, mas era complementar, pois seguia argumentando na mesma direção da necessidade de manter o controle sobre as camadas pobres.

Há quem receie esta instrução nos operários, nos trabalhadores, no povo em fim; nós somos de opinião contrária, e estamos profundamente convencidos de que o perigo não está no povo instruído, mas sim no povo ignorante; (...) porque o aperfeiçoamento da razão humana conduz ao refreamento das paixões, e estas são mais temíveis em espíritos incultos do que naqueles em que a educação penetrou: a ignorância é a companheira da anarquia e da demagogia; quando por outra parte,

se tem observado que os hábitos de reflexão, que são inseparáveis do gosto da leitura, ajudam e favorecem o espírito de ordem e bom procedimento nos que a ela se dedicam⁴.

Pode-se perceber, conforme outros estudos já indicaram (FARIA FILHO, 2002; JINZENJI, 2002), a tensão existente entre uma visão que considera a instrução útil para a manutenção da ordem e a que, pelo contrário, acredita nos riscos provenientes de se ter o povo instruído.

3. O JORNAL COMO SUPORTE PARA O DESENVOLVIMENTO DA INSTRUÇÃO

O jornal como suporte para o desenvolvimento da instrução era a concepção de Bernardo Pereira de Vasconcelos, defensor da instrução pública e da liberdade de imprensa. Essa visão possivelmente era sustentada por vários outros sujeitos que, como Vasconcelos, estavam envolvidos com a política, a produção jornalística e a instrução pública. Temos como exemplo José Alcibíades Carneiro, professor de latim em São João del-Rei e redator de “O Mentor das Brasileiras”, além de colaborador do “Astro de Minas”; Alcibíades se tornou promotor e, posteriormente, deputado pela província. Um outro exemplo é o de Antônio José Ribeiro Bhering, padre e professor, que colaborou com diversos periódicos e foi redator do “Novo Argos e do Homem Social”, ambos em Mariana.

A circulação desses sujeitos pelos “espaços” ou instituições que se propunham a uma intervenção na sociedade – a imprensa e a escola – pode ser considerada um dos elementos facilitadores de uma “aliança” estabelecida entre os jornais e a escola. Ao contrário do posicionamento discursivo tanto da escola quanto dos jornais em relação à educação familiar, cuja deficiência devia ser reparada, o que se percebe na relação entre os jornais e a educação escolar é uma afinidade e uma interlocução maiores que uma simples coincidência de objetivos. Imprensa e escola tampouco disputam espaços; constituíam alianças. Em outras palavras, pode-se perceber os jornais tomando para

si a responsabilidade no desenvolvimento da instrução pública, irradiando discussões em torno dessa nascente instituição, seus rituais e conjugando-os ao seu discurso reformador, civilizador, modernizador.

Trata-se, nas primeiras décadas do século XIX, de um contexto em que ambas se encontravam em situação semelhante, instituições ainda incipientes, que buscavam se consolidar na sociedade; procuravam reconhecimento enquanto meios legítimos e autorizados de educação e instrução da população. O uso do termo *aliança*, no sentido de se “aliar”, parece ser adequado por sugerir uma posição ativa da escola e seus atores nessa interlocução com a imprensa periódica, pois ambos os lados se beneficiavam dessa relação. É por meio dos jornais que muitos debates realizados em torno da organização da instrução pública ganhavam ampla circulação, por meio da publicação de reflexões sobre a importância da educação escolar⁵ ou das discussões e decisões realizadas no âmbito das Câmaras Municipais, Conselho do Governo, Assembleia Legislativa e respectivas leis (JINZENJI, 2006).

É importante destacar que, além de veículos difusores de ideias e notícias, os jornais participavam no processo de implementação e legitimação das escolas nas primeiras décadas do período imperial brasileiro. Baseado no duplo papel de difusão e fiscalização, a escola será tematizada e trazida para o interior dos jornais: anúncios de abertura de escolas, exames públicos, concursos para provimento de cadeiras, regulamentos sobre a prática docente. Na medida em que a escola ia surgindo, ainda que de forma incipiente, e sendo configurada nos seus tempos, espaços, e papéis dos sujeitos envolvidos, os jornais iam noticiando e tornando-a cada vez mais conhecida.

Na tentativa de analisar o processo de estabelecimento da “rede” de escolas públicas para meninas na província⁶, é possível perceber o papel de difusão e fiscalização assumido pelos jornais, em especial “O Universal”, de Ouro Preto e “Astro de Minas” (1827-1835) e “O Mentor das Brasileiras” (1829-1832), ambos impressos em São João del-Rei. No primeiro, podemos encontrar informações detalhadas sobre os exames públicos para o provimento das escolas: os nomes das candidatas, a composição da banca examinadora, os resultados dos exames. O “Astro de Minas”, primeiro e único periódico da vila de São João del-Rei, em 1828, foi encarregado pela Câmara Municipal da vila a tornar pública a resolução do Conselho Geral da Província

de 14 de abril de 1828, que trazia definições sobre a atividade docente nas escolas públicas, documento esse encaminhado pelo Presidente da Província às Câmaras. Esse mesmo periódico e “O Mentor das Brasileiras” anunciavam os exames públicos das escolas públicas de meninas da vila: a data, o local e o horário, com trinta dias de antecedência, como determinava a resolução de 1828. “O Mentor” anunciava os exames públicos de escolas de meninas de outras vilas e de outras províncias, além de relatoriar os resultados dos mesmos, destacando os nomes das alunas que tiveram bom desempenho, os conteúdos examinados, o número de alunas matriculadas em cada escola e o número de candidatas que se apresentaram.

A publicação da quantidade de alunas matriculadas e a relação das que compareceram e das que concluíram a educação primária fazia parte das determinações da resolução de 1828. Nesse período, o salário dos professores era proporcional ao número de alunos que frequentavam sua aula. O papel do jornal era imprescindível para tornar público e atestar o vencimento dos professores, além de buscar garantir o cumprimento das outras determinações presentes em lei. Essa tensa relação pode ser percebida a partir da análise de um dos relatórios de exame público de meninas publicado em “O Mentor das Brasileiras”.

Neste dia teve lugar o exame público das meninas que frequentam a Aula de primeiras letras desta Vila na conformidade da resolução do Exm. Conselho do Governo de 14 de Abril de 1828. Às 3 horas da tarde concorreram elas em n. de 44, acompanhadas pela Professora, e ao entrarem na casa da Câmara, foram recebidas pelo Juiz de Paz, Fiscal e por um numeroso concurso de Cidadãos conspícuos que pareciam tomar não pequeno interesse no progresso das nossas Jovens. Antes de principiar os Exames, recitou a Professora o discurso que adiante transcrevemos, que foi escutado com grande atenção por todo o Auditório, e as alunas ricamente vestidas apresentavam a cena a mais brilhante e arrebatadora. Lendo-se o livro de matrícula, acharam-se matriculadas 69. Principiou-se o exame pela Monitora Geral e seguiram as mais por seu turno,

sendo aprovadas nas doutrinas marcadas nos Artigos 6 e 12 da Lei de 15 de Outubro de 1827 as Senhoras D. Francisca Isabel de Noronha, de idade de 14 anos, D. Luisa Carlota Bernardina de Noronha de idade de 13 anos, filhas do Sr. João Bernardes; D. Anna Isabel Belarmina de Jesus de idade de 14 anos, filha do Sr. Manoel Pereira Lopes; D. Maria Ricardina Novaes Campos de idade de 14 anos, filha do Sr. Lucianno Antonio Novaes Campos; D. Anna Candida de Jesus Alves S. Thiago de idade de 13 anos, filha do Sr. Cap. Francisco José Alves de S. Thiago, as quais todas satisfizeram com admirável prontidão e desembaraço as perguntas que lhes fez a Professora, assim como todas as outras, proporcionalmente ao tempo de seus estudos, deram decisivas provas de sua aplicação, lendo com bastante desembaraço a Constituição do Império, respondendo a muitas perguntas sobre a Gramática Brasileiras, taboada, Doutrina Cristã, e fazendo várias espécies de contas e quase todas apresentaram suas escritas com um bom caráter de letra. Findo este ato pelas 6 horas da tarde entre o aplauso geral das pessoas, subiram ao ar os fogos de artifício, enquanto os pais de famílias ali mesmo se congratulavam pelo adiantamento de suas filhas; e alguns até pareciam invejar a sorte destes⁷.

Essa descrição retifica a preocupação em se apresentar em conformidade com as determinações legais; as constantes referências aos artigos das leis e resoluções indicam a necessidade de se mostrar conhecedor e fiel, obediente ao que está sendo prescrito. Percebe-se essa mesma preocupação no cumprimento às regras e na prestação de contas à sociedade e às autoridades “vigilantes”, em um anúncio de exame pela professora Policena, de São João del-Rei:

D. Policena Tertulianna de Oliveira, Professora Pública de meninas desta Villa faz saber ao respeitável Publico, que no dia 17 do corrente [junho] há de proceder a exame público de suas alunas na Casa da Câmara pelas 3

horas da tarde, não o tendo feito a mais tempo (como já anunciou no *Astro*) por se achar doente o Juiz de Paz, que devera presidir a tais exames.⁸

4. O JORNAL EDUCADOR

Uma possibilidade de se analisar o potencial ou a pretensão educativa de um jornal é discutir sobre os conteúdos que faz circular, os modelos, valores e comportamentos que defende. Esse tipo de estudo pode ser complexificado ao se incorporar elementos da materialidade, em especial do processo de apropriação textual para a composição dos jornais, lembrando que, no período estudado, era prática comum a compilação de outros textos extraídos de livros, outros jornais e correspondências particulares. Essa perspectiva pode ser associada ao pressuposto de que, antes da produção dos textos, havia um leitor em mente, um leitor suposto, com competências e habilidades de leitura supostas, ou seja, uma hipótese que irá orientar a produção textual⁹.

Em “O Mentor das Brasileiras”, o redator declara que as leitoras do periódico são pouco familiarizadas aos assuntos políticos, por isso havia a dificuldade em se discutir sobre tal temática. Essa suposição o leva a utilizar fábulas, na sua maioria esópicas, ou seja, constituídas de uma historieta que envolve a metáfora com animais seguida de uma discussão moral. Trata-se de um recurso original para o período, uma vez que a inserção de fábulas não é uma prática corrente nos demais periódicos da época, além do fato de a discussão moral ser voltada para os assuntos políticos do momento. Segue como exemplo a fábula “O cavallo, e o Javali”.

Hum cavallo, tendo por costume saciar a sede em um certo poço, de uma vez encontrou turvada a água por um javali, que nele se espojava. Origina-se entre eles uma lide; o cavallo fogoso pediu a um homem que passava, auxílio contra o setoso javali; porém o homem vendeu muito bem os seus serviços, porque montando sobre o quadrúpede matou ao inimigo, e ficou senhor da presa, obrigando ao cavallo a servi-lo toda a vida; este, depois de refletir com madureza, assim exclamou:

*Quão louco fui eu em procurar a vingança de tão pequena ofensa!
Do que me serve a vitória, se me sujeitei à escravidão!*

Moralidade

Não é somente o cavalo que tem caído em laços desta natureza; temos visto muita gente, que se julga de senso, deixar-se enganar muitas vezes por insignificantes *benefícios* dos Monarcas, a ponto de se sujeitarem a uma vergonhosa escravidão. Uma fita, uma chapinha reluzente, um nome mudado de Manoel para Barão, tem sido muitas vezes o freio, por onde são puxados alguns, que quando se julgam *Cavaleiros de Ordens*, são antes cavalos cargueiros, sobre quem o HOMEM descansa todo o peso de seus *benefícios*. Alguns já temos visto exclamar como o cavalo da fábula, outros porém, antípodas da razão, ainda blasonam-se de serem merecedores das *bonras do freio, e da dignidade da sela*. Estes cavalos racionais parecem ser a vergonha do gênero humano; nutrem-se do azorrague, cujo estímulo lhes é agradável; trabalham para seu SENHOR sem outra recompensa mais, que a de trazerem *as costas quentes pela benéfica influência* que lhes vem de *cima* pelo intermédio da *sela*. É verdade que passeiam bem ajaesados, batem pelas ruas a estrepitosa ferragem, os nescios os admiram, porém a gente de senso se ri de tanta parvoíce, e o mesmo SENHOR é o primeiro em maltratá-los de pancadas, quando não andam a seo jeito. Pobre gente a quem a Natureza negou o senso comum!¹⁰

Esta fábula está contextualizada no final do primeiro reinado e é caracterizada por críticas às excessivas atribuições de títulos de nobreza pelo Imperador. O tom irônico é utilizado para demarcar o posicionamento defendido e que se pretende instituir. Além disso, os recursos gráficos, grifando palavras-chave em itálico ou em caixa-alta, constituem protocolos de leitura que ajudam a conduzir os leitores e leitoras para a produção do sentido final desejado.

Em outras fábulas, o uso de verbos no imperativo “Não façamos”, “devem ver os governantes” e a interlocução com pensamentos extraídos de outros autores são recursos que visam produzir legitimidade ao que está sendo defendido, num tom que não é o de recomendação, mas de ordem.

Desse modo, a incorporação de elementos gráficos e da materialidade (MCKENZIE, 1991; CHARTIER, 1996; 2004), à análise dos conteúdos, pode auxiliar no refinamento da discussão sobre o papel educativo do periódico.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foram apresentadas algumas possibilidades de problematização das relações entre os impressos periódicos e a educação na primeira metade do século XIX. Os tipos de perguntas feitas às fontes estão circunscritas ao contexto histórico e às condições de produção, preservação e guarda desse tipo de fonte, assim como aos referenciais teórico-metodológicos que orientam a produção do campo de conhecimento.

Não restam dúvidas quanto à riqueza dos impressos (educacionais ou não) para os estudos em história da educação. Entretanto, um outro contexto histórico, a segunda metade do século XIX, por exemplo, requer, se não uma revisão das questões propostas, ao menos a ampliação delas, uma vez que o volume de produção e conservação dos impressos é proporcionalmente maior. Mais ainda, porque há o surgimento de impressos com outras características, sendo um dos exemplos os jornais dirigidos e redigidos por mulheres, em alguns casos, por professoras, como “O Sexo Feminino”, dirigido pela professora Francisca Senhorinha da Motta Diniz, na cidade de Campanha da Princesa, Minas Gerais¹¹.

FONTES IMPRESSAS

Astro de Minas. São João del-Rei: Typographia do Astro, 1827-1839.

O Mentor das Brasileiras. São João del-Rei: Typographia do Astro, 1829-1832.

O Universal. Ouro Preto: Oficina Patrícia de Barboza e Ca.; Oficina Patrícia do Universal, 1825-1842.

VEIGA, J. P. Xavier da. A imprensa em Minas Gerais (1807-1897). **Revista do Arquivo Público Mineiro**, ano III, 1898.

Notas

1. Faria Filho (*apud* INÁCIO *et al.*, 2006) define escolarização de três formas: 1- políticas voltadas para a produção de uma rede de instituições destinadas ao ensino; 2- a produção de representações em torno da escola como *locus* de socialização da infância e juventude; 3- “processo de submetimento de pessoas, conhecimentos, sensibilidades e valores aos imperativos escolares”. Ver: INÁCIO, Marcilaine S.; FARIA FILHO, Luciano M. de; ROSA, Walquíria M.; SALES, SALES, Zeli E. (2006).

2. VEIGA, J. P. Xavier da. A imprensa em Minas Gerais (1807-1897). **Revista do Arquivo Público Mineiro**, ano III, 1898.

3. O Universal, n. 93, 17/02/1826.

4. O Universal, 14/06/1841

5. FARIA FILHO, Luciano Mendes de; CHAMON, Carla S.; ROSA, Walquíria M. **Educação Elementar.** Minas Gerais na primeira metade do século XIX. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

6. Essa análise é feita em maiores detalhes no artigo JINZENJI, Mônica Y. As escolas públicas de primeiras letras: das normas às práticas. In: **Revista Brasileira de História da Educação**, n. 22, p. 169-197, jan./abr. 2010.

7. O Mentor das Brasileiras, n. 30, 23/06/1830, p. 233-234.

8. O Mentor das Brasileiras, n. 29, 16/06/1830, p. 232.

9. Ver sobre o conceito de leitor-modelo em Umberto Eco, 2008.

10. O Mentor das Brasileiras, n. 60, 28/01/1831, p. 476-477.

11. Ver dissertação de mestrado de Cecília Vieira do Nascimento, 2004.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASTOS, Maria H. C. Apêndice – a imprensa periódica educacional no Brasil: de 1808 a 1944. In: BASTOS, Maria H. C.; CATANI, Denice B. **Educação em Revista**. A imprensa Periódica e a História da Educação. São Paulo: Escrituras, 1997, pp. 173-187.

CARVALHO, José Murillo de (Org.). **Bernardo Pereira de Vasconcelos**. São Paulo: Editora 34, 1999. Coleção Formadores do Brasil.

CHAMON, Carla. **Festejos Imperiais**: festas cívicas em Minas Gerais (1815-1845). Bragança Paulista: Ed. da Universidade São Francisco, 2002.

CHARTIER, Roger. **Práticas de Leitura**. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

CHARTIER, Roger. **A ordem dos livros**: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. Brasília: Universidade de Brasília, 2004.

ECO, Umberto. **Lector in fabula**. A cooperação interpretativa nos textos narrativos. São Paulo: Perspectiva, 2008.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; CHAMON, Carla Simone; ROSA, Walquíria Miranda. **Educação elementar**: Minas Gerais na primeira metade do século XIX. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. O jornal e outras fontes para a história da educação ineira do século XIX: uma introdução. In: ARAÚJO, José Carlos Souza; GATTI JÚNIOR, Décio (Orgs.). **Novos temas em história da educação brasileira**. Instituições escolares e educação na imprensa. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU, 2002, p. 133-150.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Instrução elementar no século XIX. In: LOPES, Eliane Marte T. S.; FARIA FILHO, Luciano M. de; VEIGA, Cynthia G. (Orgs.). **500 anos de Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. pp. 135-150.

INÁCIO, Marcilaine S.; FARIA FILHO, Luciano M. de; ROSA, Walquíria M.; SALES, Zeli E. S. de. **Escola, Política e Cultura**: a instrução elementar nos anos iniciais do império brasileiro. Belo Horizonte: Argumentvm, 2006.

INÁCIO, Marcilaine S. **O processo de escolarização e o ensino de primeiras letras em Minas Gerais (1825-1852)**. Belo Horizonte: Faculdade de Educação/UFMG, 2003. (Dissertação de mestrado).

JINZENJI, Mônica Y. As escolas públicas de primeiras letras: das normas às práticas. In: **Revista Brasileira de História da Educação**, n. 22, p. 169-197, jan./abr. 2010.

JINZENJI, Mônica Y. O protagonismo dos jornais na ampliação das práticas de leitura em Minas Gerais nas primeiras décadas do século XIX. IN: VI CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO. Percursos e desafios da pesquisa e do ensino de História da Educação. **Anais...** Uberlândia: EDUFU, 2006, p. 3408-3420.

JINZENJI, Mônica Y. **A escolarização da infância pobre nos discursos educacionais em circulação em Minas Gerais (1825-1846)**. 2002. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte: Faculdade de Educação/UFMG, 2002.

MCKENZIE, Donald F. **Bibliography and Sociology of Texts**. Cambridge, Cambridge University Press, 1999.

MORAIS, Christianni Cardoso. **Para aumento da instrução da mocidade da nossa pátria: estratégias de difusão do letramento na Vila de São João del-Rei (1824-1831)**. 2002. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte: Faculdade de Educação/UFMG, 2002.

NASCIMENTO, Cecília Vieira do. **O Sexo Feminino em Campanha pela emancipação da mulher (1873-1874)**. 2004. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte: Faculdade de Educação/UFMG, 2004.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia G. A imprensa periódica como uma empresa educativa no século XIX. In: **Caderno de Pesquisa**, n. 104, p.144-161, jul. 1998.

SALES, Zeli E. **O Conselho Geral da Província e a política de Instrução Pública em Minas Gerais (1825-1835)**. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte: Faculdade de Educação/UFMG, 2005.